

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural –
CEPPC – Nº 477

Dia: 21/12/2023 (quinta-feira)

Horário: 9h30

Formato: Presencial

Local: Academia Pernambucana de Letras - APL

Pauta:

1. Apresentação do Calendário do Edital do 19º Concurso do Registro do Patrimônio Vivo do estado de Pernambuco - 2024 - Conselheira Célia Campos;
2. Apresentação do requerimento de Registro da Caminhada de Osun de Camaragibe como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco - Conselheiro Cassio Raniere.

INFORMES

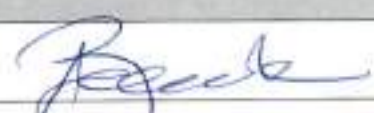
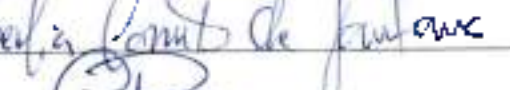
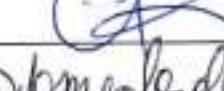
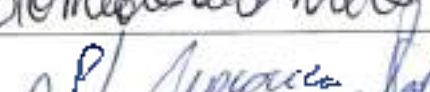
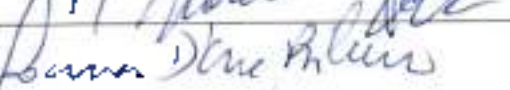
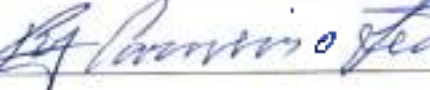
CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária – Nº 477

Quinta-feira – 21/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Titulares

NOME	ASSINATURA
Ana de Fátima Braga Barbosa	
Augusto Ferrer de Castro Melo	
Cássio Raniere Ribeiro da Silva	
Cecília Canulo de Santana	
Claudia Regina de Farias Rodrigues	
Diomedes de Oliveira Neto	
George Félix Cabral de Souza	
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade	
Marcelo Casseb Continentino	
Margarida de Oliveira Cantarelli	
Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas	
Mônica Siqueira da Silva	
Reinaldo José Carneiro Leão	
Roberto José Marques Pereira	

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária – Nº 477

Quinta-feira - 21/12/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Suplentes

NOME	ASSINATURA
Albertina Olávia Lacerda Malta	_____
Antiógenes Viana de Sena Júnior	_____
Antônio Henrique da Silva Araújo	_____
Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos	
Cláudio Brandão de Oliveira	_____
Claudia Pereira Pinto	_____
Edmilson Cordeiro dos Santos	_____
Gerson Victor Silva	_____
Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho	
Jocimar Gonçalves da Silva	_____
Mª Cláudia do B. de Paula F. Batista	_____
Marcos Paulo Aurélio dos Santos	_____
Maurício Barreto Pedrosa Filho	
Renata Duarte Borba	_____

Raunão Ordinária – Presencial – Nº 477
Quinta-feira – 21/12/2023
Local: Academia Pernambucana de Letras
Visitantes

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL/TELEFONE	ASSINATURA
Willton Felix	UFPE	torcedor@netnet.com	
Vanderb. Tiscina	MPTC	kati.stodnick192@gmail.com	
Aluísio Neto de Almeida	COML E SBI	aluisio16@gmail.com	
Gláucia Nóbrega da Silva	MNU - PE / MPTC	glaucomn@netnet.com	
Tayna Martins de Oliveira	IMPTC/MNU - PE	taynamartins69@gmail.com	
Simone Sergio Ferreira	MPTC	simone_sergio_f@hotmail.com	

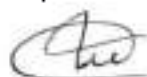
477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 21 de Dezembro de 2023, às 09h55, na Academia Pernambucana de Letras, de forma presencial, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, considerando ser a 477ª. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Marcelo Casseb Continentino; Margarida de Oliveira Cantarelli; Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas; Reinaldo José Carneiro Leão. Conselheiros (as) Suplentes: Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos; Harlan de Albuquerque Gadelha Filho; Mauricio Barreto Pedrosa Filho. Pauta: 1. Apresentação e Calendário do Edital do 19º Concurso do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - 2024 - Conselheira Suplente, Célia Campos; 2. Apresentação do Requerimento de Registro da Caminhada de Osun de Camaragibe como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco - Conselheiro Coordenador, Cássio Raniere; **INFORMES**. Claudia Rodrigues iniciou a reunião, citando sua ida ao Ministério Público com Ana Barbosa e Harlan Gadelha, com o intuito de aproximação do órgão e do Conselho. Relatou a importância de compactuar um Termo de Colaboração Técnica entre o Ministério Público e o Conselho. Foram recebidos por Belize Câmara que é a coordenadora do Setor de Patrimônio no Ministério Público e por Maísa de Oliveira, promotora em Olinda. Ana Barbosa fez uma apresentação sobre o Conselho e suas atribuições, utilizando a apresentação feita na reunião dos conselhos, sexta passada. Elas conheceram as competências do conselho, ficaram surpresas, não conheciam a amplitude do trabalho do conselho e acharam superimportante a ideia de pactuar um termo de colaboração técnica entre o conselho e o Ministério Público. É que ela encaminhou alguns modelos de minutas. Uma ata foi formalizada dentro do SEI e foi encaminhada para Marcelo Casseb, para apresentação da minuta de um termo de cooperação técnica. Sem mais informes, a conselheira Célia Campos deu início à sua apresentação saudando a todos e todas. Informou da perspectiva de lançar o Edital até dia 16 de janeiro, com o objetivo de ampliar o período de inscrições, como aconteceu no ano anterior, e concluir a primeira etapa dentro do prazo de vigência do Conselho, que vai até 31 de março. "Nenhuma etapa foi alterada, apenas se agregou mais prazo na quantidade de dias para inscrição, sendo: impugnação do Edital, 16 a 19 de janeiro, julgamento da impugnação de 24 a 29 de janeiro. As Inscrições iniciam de 01 a 27 de março, até às 18h, via Mapa Cultural. As Habilitações Técnicas serão de 1 a 12 de abril, no dia 13 de abril, a publicação dos nomes da Comissão Especial de Análise no Diário Oficial do Estado, e no mesmo dia serão publicadas as candidaturas habilitadas e inhabilitadas na Fase Documental. Na sequência, os recursos ao resultado da inhabilitação na fase preliminar documental, de 15 até 26 de abril. A análise dos recursos recebidos pelo Conselho será de 07 até 16 de maio. A divulgação do julgamento dos resultados dos recursos no dia 18 de maio e a inhabilitação e recursos, na etapa de avaliação, serão definidos conforme Edital e a Avaliação da Comissão Especial de Análise, de 20 de maio a 20 de julho. Audiência da Comissão Especial de Análises no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, de 02 a 05 de julho. Análise dos documentos e



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

videns das candidaturas dos candidatos tecnicamente habilitados pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio de 01 de julho até 02 de agosto. A deliberação do resultado pelo Conselho, e divulgação até 09 de agosto, e a divulgação na mesma data. Homologação do resultado no Diário Oficial do Estado até a véspera da entrega da titulação". A Presidente **Claudia Rodrigues** pediu para os conselheiros votarem e todos aprovaram. Claudia fez a leitura da Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018, que institui o Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco (dou. anexo), cumprimentou os convidados e agradeceu por terem vindo. Após a leitura, esclareceu que "existe uma exceção quando se trata de requerimento originário desse conselho, nesse caso, devendo só dar ciência ao secretário de cultura, e com o deferimento da proposta de inscrição, a Fundarpe elabora um inventário com a anuência dos detentores e um parecer técnico que é remetido ao conselho. Complementa esclarecendo que ao receber esse relatório, (o conselho) designa um relator ou mais de um entre os membros em plenária, elabora um parecer conclusivo e submete ao plenário para apreciação. Nessa reunião ordinária, o conselho comunica à comunidade detentora que haverá a deliberação da pertinência ou não da inscrição no livro de registro respectivo. Após a deliberação do registro, o conselho elabora uma resolução e remete ao Secretário Cultura para conhecimento. Em sequência, se essa decisão for favorável do conselho, o secretário de cultura remete essa resolução do conselho para homologação da governadora do Estado, mediante decreto estadual. Em caso de decisão desfavorável, o conselho dá conhecimento ao requerente e arquiva o processo. A conselheira **Margarida Cantarelli** pediu a palavra para se desculpar por ter se ausentado e perguntou em que fase que a apresentação se encontrava. A Vice-presidente **Ana Barbosa** explicou a Margarida o processo, fazendo uma comparação com o processo da Buscada de São Gonçalo do Amarante, para esclarecer que "estamos na fase de escutar o conselheiro que vai trazer o pedido para o conselho acatar ou não, esclarecer ou não, e decidir se encaminha ou não, se o requerimento, se o CEPPC será o proponente". A conselheira **Margarida** confirmou que entendeu que é isso: "uma vez que nós solicitamos aqui o requerimento, executa-se a parte em que há o deferimento ou não do secretário. Então vai direto para a gerência do imaterial, para que seja produzida a nota técnica final, porque a preliminar já está até pronta, e depois disso, já está feita, aí volta para a gente, e aí a gente volta a deliberar em colegiado sobre o registro". O Conselheiro **Cássio Ranieri**, com a palavra, deu início à Pauta 2, saudando a todos e todas, em especial as "pessoas que estão aqui, que foram convidadas, se disponibilizaram para estar presente" e passou a explicar sobre o Colegiado, sua importância e comprometimento com as Políticas Públicas e Sociedade Civil. Que é um conselho paritário: pessoas do governo e da sociedade civil, titulares e suplentes, que estão de mãos dadas no sentido de fortalecer a cultura pernambucana e, sobretudo, de preservar, valorizar e difundir o nosso patrimônio, seja ele material ou imaterial. Mencionou alguns presentes: Neilton Félix, do Programa de Antropologia (UFPE), que participa da segunda fase do Inventário Camaragibe, Daniele do MPTC, Amroan da COMLESBI, Cleide Mirtes, do MMU Pernambuco e MPTC, Tainá Martins, da Juventude e do MPTC e do MNU e Shirlaine Borges, do MPTC. Ressalta a alegria de trazer e fazer o Requerimento ao Colegiado para o Registro da Caminhada de Osun



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco e inicia sua apresentação. "Claudia já nos abriu com um preâmbulo detalhado sobre a Lei de Salvaguarda, mas eu gostaria apenas de deixar registrado que nós temos a Fundamentação Legal da Lei nº 16.426 de 27 de setembro de 2018, que institui Sistema Nacional de Registro em Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito do Estado de Pernambuco, o Decreto nº 47.129, de 14 de fevereiro de 2019, que institui o Programa Estadual de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco e a Lei nº 15.430 de 22 de dezembro de 2014, que cria o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito do Estado de Pernambuco e o Decreto 46.523, de 21 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. O Requerente sou eu, Cássio Ranieri, sou Antropólogo, Sociólogo e Especialista em Museus Comunitários. Falo também um pouco sobre mim, um pouco sobre nós e um pouco do Inventário Camaragibe que é de onde tudo se desdobra. Represento a cadeira de Antropologia, Sociologia e Turismo. E essas são as diretrizes legais que nos levam a solicitar e pensar a ideia de se fazer um patrimônio. Durante muito tempo existia uma ideia de que o Patrimônio tinha valor em si, nós apenas observávamos e identificávamos o valor que era nato aquele Patrimônio, mas, ao longo do tempo nós descobrimos que os mesmos são produzidos, não existem Patrimônios por si só. É preciso reconhecimento das instâncias legais e formais, assim como de toda uma comunidade. Por exemplo, o Inventário de Camaragibe, ele surge exatamente dessa força, dessa articulação comunitária em reconhecer e valorizar, e por tabela, preservar aquilo que se entende como um bem cultural, como uma referência cultural". Segue a fala ressaltando as Diretrizes Legais e demais detalhes da Caminhada de Osun: "Quais as Diretrizes Legais? Promover e difundir amplamente de forma regionalizada as Políticas Públicas de Cultura para os detentores. Fortalecer e difundir as bases institucionais conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização do Patrimônio Imaterial, dialogando com as bases do Patrimônio Material, Paisagístico e Genético, quando possível. Considerar a diversidade e a heterogeneidade dos contextos socio culturais existentes, priorizando sempre que possível, grupos, segmentos e regiões menos atendidas pelas Políticas Públicas de Cultura. Promover a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Imaterial, articulando a Sociedade Civil e as instituições governamentais, e apoiar por meio de mediação junto às instâncias competentes o reconhecimento e a defesa de direitos difusos, coletivos, autorais e conexos da propriedade intelectual dos detentores. A Caminhada de Osun, que já é uma produção coletiva, que já emana das pessoas, que já é um evento, uma celebração já no calendário oficial do Município de Camaragibe, podemos perceber que passa a ter uma proporção maior. Há uma articulação com outros municípios do Estado de Pernambuco, inclusive, não só da Região Metropolitana, como da própria Mata Norte, e tem sido um processo crescente. Em todo caso, a Caminhada de Osun, surge como Patrimônio a partir do Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe e de fato está disponível na internet o E-book que foi feito em fascículos, ou seja, na medida que o inventário anda, esses fascículos são ampliados e posso dizer que foi uma das experiências mais exitosas no campo da Educação Patrimonial no Estado de Pernambuco. Essa atividade aconteceu sem um financiamento, apenas tinha duas pessoas designadas à época da Fundação



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Camaragibe, e que fizeram a articulação com o IPIAN, com a Fundarpe, chamaram os órgãos para fazer algumas rodas de diálogo e oficinas. E a partir disso as pessoas se envolveram diretamente nesse processo de feitura, e eu tive a felicidade de chegar nesse processo e dar a minha contribuição. É um momento também em que a história da cidade é recuperada, não mais pelas histórias que eu chamo 'dos grandes', mas 'dos pequenos', das pessoas que estão nas ruas, no chão da fábrica, já que Camaragibe começa com a fábrica de tecidos. No dia 08 de outubro de 2022, nós aprovamos aqui no Colegiado uma Moção de Aplausos para o Inventário Camaragibe, oportunidade na qual tivemos também no Cine Teatro Bianor que fica na Vila da Fábrica, e lá, junto com as autoridades do município, a Prefeita, a presidente da Fundação, tivemos um diálogo potente pensando em desdobramentos possíveis, a partir do que já tem sido feito. Esse Requerimento, me parece que, inaugura o fato de Primeiro Originário de um Inventário Participativo, ou seja, esse bem é levado a partir de uma experiência participativa, e através dela é solicitado o requerimento de registro. Esse momento que nós estamos vivendo é único e aqui nós construímos um momento de forte comunicação e diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo. Trouxe também para pensarmos que os desdobramentos desse inventário, nós já estamos na segunda fase do Inventário Camaragibe e hoje à noite nós temos, no Cine Teatro Bianor, uma escuta coletiva com as pessoas das comunidades da cidade para pensar o que efetivamente deve ser pesquisado e registrado diante de todas as opções que as pessoas deram nos últimos dois meses. Tivemos quase 400 respostas à escuta virtual, o que pra gente se transformou num grande êxito, um grande sucesso que a gente nem imaginava. É muito bom quando a gente consegue superar a expectativa, com tudo isso aumentou, consideravelmente, o arcabouço do que as pessoas compreendem como valor para se tornar Patrimônio. Então a gente já vislumbra outras e outras fases com metodologias diferentes, e sempre, obviamente, com a participação das pessoas". Cássio segue para o objeto em questão e ressalta que as informações devem ser lidas, pois foram pensadas como justificativas: "Caminhada de Osun: Trata-se de uma celebração realizada em homenagem à Osun, Orixá ligada aos rios, à fertilidade, à beleza e riqueza. A Caminhada acontece sempre no último sábado do mês de julho através do cortejo que toma a cidade de Camaragibe/PE, tendo o protagonismo de lideranças e representantes afro-brasileiros e afro-brasileiras, com destaque aos Babalorixás e Iyalorixás. Imbuídas pelo sagrado, as pessoas vestem suas indumentárias para percorrerem as ruas da cidade entoando cânticos, loas, oferecendo por onde passam flores, frutos e águas de banho em ervas para todas as pessoas, no espaço público, sem que haja distinção de cor, de classe ou religião. A Caminhada, assim como os objetos que são carregados, ao longo do trajeto em dádiva à divindade que os/as recebem em sua casa, consubstanciada na forma primordial da vida e da existência, Osun é a água que corre, que lava, que faz semear e que possui efeitos curativos neste planeta. Assim, é na Queda D'água da Baixinha, situada no Bairro da Vila da Fábrica, que os presentes são recebidos. Contexto sócio-histórico: Com a luta em prol da visibilidade e do respeito às religiões de matrizes africanas, surge em 2010 a Caminhada de Osun, que junto ao Movimento dos Povos Tradicionais das Cidades (MPTC) tem como premissa o combate ao racismo, à intolerância religiosa e à discriminação de gênero e orientação sexual, contando com a participação de membros

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

da Comunidade Tradicional e de Terreiros de diferentes municípios com a presença de autoridades municipais e estaduais. A Caminhada move-se pela luta social, através de seus aspectos culturais, buscando o "recentramento" e o protagonismo das populações subalternizadas, dando visibilidade às práticas culturais de origem africana, que no Brasil ganham contornos próprios, já amplamente divulgadas pela literatura e produções acadêmicas que observam a importância dos costumes e saberes afro-indígenas na constituição da cultura brasileira. A celebração acontece todos os anos, sempre no último sábado do mês de julho, período em que os cultos e festividades nos Terreiros são direcionados à divindade. A Caminhada tem sua concentração na Rua Eliza Cabral de Souza e segue até a Queda D'água da Baixinha. Assim, a escolha da Caminhada, no município de Camaragibe, serve como homenagem à Osun devido à sua representatividade como figura feminina dentro do Panteão dos Orixás, além de ter a força da água e da mulher guerreira. A Caminhada de Osun se tornou propulsora para concepção e mobilização no município de ações voltadas aos direitos da população negra, de onde surgiram importantes conquistas para a cidade, como o caso das leis que criaram o Dia da Consciência Negra e a Lei Municipal de Combate à Discriminação Étnico-racial, bem como, a Lei de Criação do Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial. Durante a semana em que acontece a celebração, em parceria com órgãos municipais e movimentos sociais, são articuladas atividades socioculturais com ampla participação da comunidade escolar e das comunidades de povos tradicionais e de Terreiro. Ao longo destas atividades são repassadas práticas e saberes ancestrais, apresentação da culinária indio-afró-religiosas, modos de ser e estar no mundo, sempre com o intuito de compartilhar o conhecimento milenar repassado de geração em geração. Enquanto manifestação artística, cultural, social e política, a Caminhada de Osun se coloca em defesa da conservação dos recursos hídricos que, na Cosmologia, é a própria divindade. É por isso, o elemento da queda d'água é um ponto chave para entender o rio como santuário para os povos e comunidades tradicionais de Camaragibe e de toda Região Metropolitana. Há um empenho ativo de seus agentes na proteção da mata e seu entorno. Assim, houve o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais como agentes protetores do meio ambiente municipal, acompanhando a certificação das unidades territoriais tradicionais já mapeadas no município. A Caminhada acontece todos os anos, sempre no último sábado do mês de julho, antecipado com o trabalho desenvolvido no primeiro semestre com rodas de diálogos quinzenais em comunidades de matriz africana, em todas as cinco RPAS, que são regiões políticas administrativas do município de Camaragibe, bem como, em outras cidades. Esta referência cultural não tem proteção em nível municipal, apenas tendo sido reconhecida, enquanto bem cultural da cidade, através do Inventário Camaragibe, feito através de metodologia em Educação Patrimonial conforme o modelo adotado pelo IPHAN em 2016. A Caminhada de Osun foi fundada com várias pessoas de diferentes comunidades tradicionais espalhadas pelos bairros de Camaragibe. O MPTC é quem coordena toda a construção à articulação da Caminhada junto com o Movimento Negro Unificado (MNU) e fundaram a celebração junto com o Pai Gilmar Camará e as seguintes pessoas, algumas delas já não estão mais entre nós, Mãe Tita de Iemanjá do Loteamento Nazaré, Pai Dinda (José Barbosa - Em Memória), do bairro Cosme



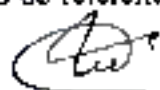
477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Damião, Pai Bill de Paulina, Juremeiro (Em Memória), Pai José Alexandre Xangô do Bairro Areiro, Pai Rinaldo de Oxum, do bairro Ceu Azul, Pai José Ricardo Neguinho de Oxum, do bairro Limbi, Mãe Lúcia Gomes de Oxum, Guardiã da Mata do entorno da Queda D'Água, local da culminância da Caminhada, Pai Djair de Oyá Gambelê, do bairro Centro, Mãe Alice de Oyá, do bairro Centro, Mãe Zilda de Iemanjá, bairro de Santa Mônica, Mãe Jana de Xangô, do bairro Vera Cruz, em Aldeia, Mãe Cecília de Omolu, do bairro Alberto Maia, Pai José Antônio Guerra de Xangô, do bairro Vila da Fábrica e Pai Davi Magno de Jitulu Oxalá, do bairro Santa Terezinha. Essas são as pessoas que estão envolvidas durante o processo, são autoridades dentro do Candomblé, das religiões de matriz africana, mas não são só essas pessoas, cada comunidade, cada Terreiro tem um articulador que é seu Babá, sua Iyá, mas que todas as pessoas que fazem parte dessas casas participam também da Caminhada e o interessante a perceber é que outras pessoas, que não necessariamente tem a Confissão de Fé, também acabam participando e tendo reconhecimento dos governos municipais e estaduais". O conselheiro Cássio seguiu com apresentação de gráficos e imagens e demais informações sobre a Caminhada de Oxum, citando os participantes, o percurso, as vestimentas, o simbolismo, o material disponível nas redes sociais, cobertura de imprensa, inclusive do município e demais informações sobre a Caminhada de Oxum no município (anexo). Fez a leitura do estudo preliminar sobre a Caminhada de Oxum de Camaragiba, produzido pela Fundarpe em 2022 que, nas considerações finais, conclui: "havendo o pedido para o registro do bem, há necessidade de elaboração de inventário mais circunstanciado e aprofundado. Destarte considera-se imprescindível realizar pesquisas mais aprofundadas sobre as dinâmicas da Caminhada de Oxum visto que os dados colhidos para a construção da presente análise foram suficientes, apenas, para a elaboração da mesma, entretanto reconhece-se a possibilidade de abertura do processo administrativo do registro como patrimônio cultural material de Pernambuco para a Caminhada de Oxum, uma vez que faz parte do calendário festivo do município de Camaragiba há mais de 10 anos, tornando-se uma referência cultural e para o estado de Pernambuco." Finalizou sua fala, informando que "esta é a análise preliminar apresentada por Marcelo Renan, historiador e Coordenador do Patrimônio Imaterial da Fundarpe e Luciana Barros Gama, antropóloga e Assessora de Patrimônio Imaterial" (anexo). A Presidente Claudia Rodrigues retomou a fala e questionou se algum Conselheiro tem algum comentário a fazer. O conselheiro Diomedes Oliveira cumprimentou a todos, se apresentou e fez algumas considerações acerca do que foi apresentado pelo conselheiro Cássio: "como já mencionado anteriormente, trata-se de um pedido que se for aprovado pelo colegiado vai ser um pedido feito pelo conselho e não precisa passar por aprovação pela Secretaria de Cultura, ou seja, automaticamente a Fundarpe já vai receber esse pedido e já vai fazer esse trabalho que, como Cássio falou aqui, no final da nota técnica, trata-se de um inventário e, realmente, é um trabalho muito mais exaustivo, mas não vai ser uma coisa feita em poucos meses, como foi essa nota técnica, elaborada a partir da conversa que nós tivemos em Camaragiba, no ano passado. Para ser uma coisa robusta, demanda uma pesquisa longa, então caso demore um pouco esse processo, porque é um é um trabalho que vai ser levado a sério, dentro daquela metodologia do IPHAN. Eu queria reforçar que esse pedido eu considero ser



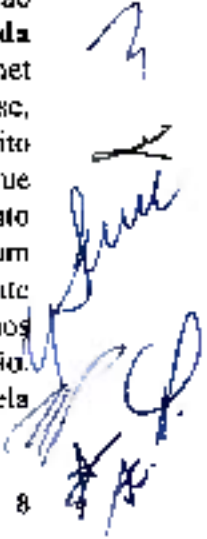
477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

muito importante porque ele é fruto de um inventário participativo. Desde a década de 70 ... 80 os inventários foram ótimos parceiros na preservação do patrimônio, só que naquela época os inventários eram feitos por especialistas na área do patrimônio, pessoas que trabalhavam mais com o patrimônio edificado, então eles faziam um levantamento numa cidade ... estado e propunham que alguns bens fossem tombados, mas isso era uma coisa feita por especialistas e claro, tem sua importância por necessidade, mas eram apenas aquelas pessoas que estavam gabaritadas, naquela época, a definir o que era patrimônio ou não. No caso do inventário participativo, isso é uma coisa que eu sempre defendi e Cássio sabe e outros colegas, nós também defendemos é que a metodologia é participativa, é democrática, é inclusiva, onde as pessoas, a comunidade, ela vai trazer. Porque não é uma instituição como a nossa que vai dizer o que é ou não patrimônio. Quem melhor para dizer o que é ou não patrimônio do que quem vive o cotidiano desses bens culturais? Tenho visto que, realmente, é um instrumento super eficaz que deveria ser adotado por outros municípios, por outras comunidades, porque traria contribuições não só para o patrimônio imaterial, mas também para o patrimônio edificado e, até, para romper com algumas normas, digamos assim, que não são normas definidas por escrito, mas que as instituições costumam adotar, por exemplo: as instituições de patrimônio costumam muito pensar o bem apenas por uma certa antiguidade ou por um aspecto histórico ligado a grandes feitos das narrativas históricas, considerados grandes personagens do passado ou até valores artísticos, às vezes, das belas artes que desconsidera outros valores que são os valores simbólicos, que são os valores de uso do dia a dia daquelas pessoas. Então, quem melhor para dizer isso do que as próprias pessoas? Realmente é um instrumento importantíssimo, que traz uma democratização, uma pluralização do que seria patrimônio nesse país, seriam os inventários participativos e com apoio do poder público se conseguisse capilarizar melhor esses trabalhos dos inventários a gente teria um rol muito mais plural muito mais diverso porque, por exemplo, muitas vezes é a própria população, ela vivencia aqueles bens no dia a dia, só que elas acham que aquilo não é patrimônio porque elas aprenderam que patrimônio é apenas a igreja barroca do século XVII ... nada contra, acho ótimo também, inclusive trabalho mais com a questão do patrimônio arquitetura, mas por que não também edificações mais recentes ... por que não o meu Terreiro ... por que não um espaço mais recente? É para que a população possa também perceber que aquilo é patrimônio também. Então, parte de fato da própria população, isso é muito importante e eu acho que o conselho tem que considerar isso, que é um pedido de um registro que partiu da própria comunidade, através de um inventário participativo, que é uma questão que vale muito a ser considerada aqui pelo colegiado. Outra questão que eu queria tratar é com relação a essas questões todas de racismo religioso, da questão das religiões de matriz africana, de como elas foram silenciadas por muito tempo pelo poder por porque, por exemplo: de repente alguém pode questionar 'mas a Caminhada só tem 10 ... 12 anos, é muito pouco', porque esse discurso de antiguidade é muito recorrente, muita gente só considera patrimônio algo que tenha mais de 100 anos e a gente sabe que as discussões hoje em dia na antropologia, na sociologia, dentro e fora da academia não é mais bem assim. Patrimônios são elementos de referência cultural que são vivenciados pela coletividade.



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

tendo reconhecimento ali, local, já é patrimônio. Queria fazer só um paralelo porque, por exemplo, a gente registrou ano passado a festa de São Lourenço que é uma festa que tem mais de 100 anos, é uma festa ligada ao catolicismo, esse ano também foi feito um outro pedido daqui, do nosso concelho, da busca de São Gonçalo que é uma procissão de Itapissuma, ligada à festa do santo português São Gonçalo, a festa do morro da conceição também, a gente registrou ano passado, que é a mais famosa mas reparem que, a princípio, essas três festas, celebrações são ligadas ao cristianismo, ao catolicismo mais especificamente, são festas que sempre foram apoiadas e, vendo todo um apoio do poder público, sempre foram legitimadas, então por isso que elas são centenárias, têm essa antiguidade. No caso da Caminhada e não só a Caminhada, muitas outras celebrações ligadas às religiões de matriz afro-brasileira, sempre existiram, têm mais de 100 ... 200 anos, só que nunca tiveram um apoio do poder público, sempre foram silenciadas, sempre foram perseguidas. Então, entendo que por mais que a Caminhada só tenha 10 ... 12 anos, os grupos e pessoas que estão ali envolvidos nela tem muito mais, já caminhava, já faziam outras celebrações, na verdade foi só uma organização do que já acontecia há décadas e há muito mais tempo. Nós, enquanto conselho de estado, temos que ter essa sensibilidade, vamos fazer uma exceção com processo, antiguidade. Sou totalmente contrário a essa ideia de antiguidade, mas caso alguém queira questionar, é importante pensar essas questões. Trata-se de uma manifestação que por séculos foi perseguida, que nesses últimos 10 anos, graças a uma melhoria na questão das políticas públicas, na própria educação, isso tem até tido apoio maior do poder público, mas ainda assim, no dia a dia, a gente vê racismo institucional nas instituições, por exemplo: a imprensa hoje está apoiando, mas há 20 anos não aparecia nos jornais, uma manifestação desse tipo. É importante a gente ver essas questões, tanto do silenciamento, da perseguição dessas manifestações que estão aí há séculos, como também, se trata de um bem que foi solicitado a partir de um inventário participativo e muito bem já referendado, também, pela nota técnica da Fundarpe. Então, se a Fundarpe já está dizendo que há uma possibilidade, tecnicamente falando, acredito que o conselho deveria sim, também ser favorável a esse pedido que partiu de nós mesmos que a gente chama de *ex-officio* (quando não precisa passar mais pela secretaria de cultura), a Fundarpe já iria fazer esse levantamento muito mais robusto que vai demandar um pouco mais de tempo. Não estarei mais aqui para votar o registro final, mas tenho certeza de que os colegas que assumirem posteriormente vão ter essa sensibilidade também. A Presidente passou a palavra para Doutora Margarida que parabenizou Cássio pelo relatório e comentou: "ontem à noite fui para a internet procurar alguma coisa aí encontrei o inventário. Como você disse, está na primeira fase, ainda, e realmente há muito o que aprofundar ali, porque está com uma visão muito superficial e algumas imperfeições, algumas incorreções, expressões técnicas que precisam ser corrigidas. Embora a lei preveja a indicação *ex-officio*, não acho muito próprio (nós vamos fazer, é legal), porque nós, depois vamos julgar, então isso seria um pré-julgamento. Era bom se soubesse de outros órgãos a indicação para que a gente julgasse, mas diante da lei nos favorecer para esta medida, vamos utilizar o que a lei nos permite, mas a gente ampliaria se alguma outra instituição pudesse fazer essa indicação. Isso é uma questão técnica, já pulamos uma etapa, não vai precisar passar pela



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Secretaria e já vai para a Fundarpe, onde os técnicos já demonstraram, em um estudo superficial, que realmente tem que aprofundar porque se a Caminhada tem 13 anos hoje, ela é fruto de uma história e essa história tem que ser buscada. Eu, pessoalmente, gosto em todas as religiões, das caminhadas, procissões, do externo, que saia do templo, que saia da igreja e vão para as ruas, porque se compartilha a visibilidade, acessibilidade que é uma coisa bonita, a fé das pessoas, na fisionomia de cada um daqueles participantes. É muito bonito, toda forma de Caminhada, de visualizar, que os demais que não integram aquela religião possam sentir a força dos integrantes, a fé. Vou todos os anos ao Círio de Nazaré, há 15 anos, há mais tempo que a Caminhada, vou a Belém do Pará porque é bonita ver na rua, toda a sensibilidade nossa, a fé dos outros também chega até nós. É louvável que vocês tenham feito essa junção de ritos esparsos para demonstrar, numa única Caminhada, e o aprofundamento, sugiro até uma ampliação. Você colocou aí um mapa, sei que Paulista tem há menos tempo, talvez, então se ampliasse isso. Camaragibe, com a liderança, partindo em primeiro lugar e vocês formando uma rede, hoje, a sociedade vive em rede, seria uma rede dessas caminhadas e se teria um produto. Talvez demore um pouquinho mais, mas não tanto, é um produto para oferecer à sociedade e Camaragibe é um município muito especial, é uma equipe que tem uma história bem longa em Pernambuco. D. Maria Amazonas, como está referida no inventário, tem uma história diferenciada (Maria Anita McDowell, casada com o professor Samuel McDowell, professor de direito constitucional da faculdade de direito). Descobriram nas restaurações não espaços que são característicos do judaísmo, Camaragibe a história da fábrica que a gente vê com os olhos de hoje, acho que aos olhos daquele tempo foi um dos primeiros marcos da primeira revolução industrial inglesa, quer dizer, Camaragibe à frente de toda América Latina. Então, é um lugar de referência e não só isso, tem muitas outras coisas: em Aldeia, na Segunda Guerra Mundial foi construído aquela fortificação de defesa antiaérea do Recife. O inventário não fez essa referência e ali o coronel Cavalcante, que era o comandante, ao construir aquela fortificação, que seria a defesa antiaérea do Recife, na Segunda Guerra Mundial descobriu um cemitério indígena e então um dos crânios foi entregue ao Instituto Arqueológico em 1942. Essas coisas todas, nesse inventário, vocês têm que resgatar porque é um município diferenciado e amplie o objeto para além da Caminhada. Hoje, em Camaragibe, tem uma forte presença evangélica, pentecostal. No Timbi tem um templo imenso e parece-me muito ativo, então ampliem esse objeto, vão além do campo da Caminhada, porque vocês se fortalecerão muito mais ao ampliar o objeto do que o imediatismo de termos, daqui a pouco, esse reconhecimento. Vocês trabalham com um passado muito longo, 14 anos da Caminhada tem um passado muito longe, tem o presente que hoje reconhece aceita, acata. Aprofundem para ter um futuro. Crio que assim vocês poderão ter um resultado para oferecer à comunidade. Quando Cecília e eu trabalhamos na festa do Morro da Conceição, em razão do valor da imagem de Nossa Senhora da Conceição nós chegamos à história da fábrica, porque o Antônio Carlos Menezes, foi o sogro do Pierre Collier, foi o doador e a pessoa que adquiriu em Paris a imagem de Nossa Senhora da Conceição (até nos deram o endereço da loja onde foi adquirida) e por aí nós chegamos à história da fábrica e à visão que tinha, naquela época, como grande novidade europeia das fábricas das vilas. Desculpem ter falado um













477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

pouco em outras coisas para vocês verem que estão inscritos dentro de uma de algo muito amplo, que não restrinjam, não afunilem o objeto dessa pesquisa porque tem muito mais a desabrochar, a vir à tona, que fortalecerá o movimento do que até, talvez, mais prático, mais rápido e mais bonito, o nosso. Mas se todos formos, seremos mais fortes. Essa é minha sugestão, Cássio, de ampliação do objeto da pesquisa". A Presidente Cláudia pergunta se o Conselheiro Reinaldo Carneiro Leão quis complementar a fala de Margarida e ele, com a palavra se dirige ao conselheiro Cássio para perguntar "se haveria aqui em Pernambuco, quer dizer no âmbito do estado, outras caminhadas de Oxum. Paulista tem, não é? Pronto. É a única? Essa é a única? Ah, bom, eu sei. Eu não sei, porque eu não sou não sou perito em antropologia como você, mas eu, por exemplo desde menino, vejo no fim do ano, na noite de ano, se jogar ao mar oferendas para Iemanjá (não é Oxum), isso que é verdade, são flores, são presentes, vidros de perfume, tudo". A Presidente Cláudia esclareceu "ainda não abrimos nenhum tipo de votação aqui" e devolveu a palavra ao conselheiro Reinaldo que finalizou "então você disse que ela é única, não é? Está certo, obrigada". A Presidente Cláudia agradeceu ao conselheiro Reinaldo, pediu um minuto e esclareceu "a gente precisa primeiro falar com os conselheiros e depois eu abro a palavra para os convidados" e passou a palavra ao conselheiro Harlan Gadelha que se dirigiu a Cássio: "quero parabenizá-lo, sou um lá do processo do inventário participativo, confesso que não conhecia e conheci naquela visita à Camaragibe. Defendo, diante desse trabalho que o conselho trabalhasse em defesa de políticas públicas do estado, a estimular os inventários participativos; só assim teríamos aquilo que Diomedes defendeu e você, indo além do patrimônio físico, do real. Quando se fala em 13 anos, se fala de 13 anos do período que o povo das religiões de matrizes africanas e indígenas romperam a clandestinidade, graças à Constituição de 88 que dá a liberdade religiosa e, ainda hoje, sofre muita perseguição e discriminação. Seria fundamental, lá na constituinte os movimentos das religiões africanas apareceram lá no Congresso livremente, ninguém condenou, não, pelo contrário, se estabeleceu ali a liberdade. Eu sugiro a Diomedes e Cássio, os maiores defensores deste processo do inventário participativo que, dentro da função do Conselho, que se proponha à Secretaria de Cultura e à Fundarpe que estabeleça em Pernambuco processos legais de estimular os inventários participativos. Já vem sendo feito de forma administrativa mas estou falando defender a legalização do inventário participativo, a legislação que permitisse, dando oportunidade aqueles movimentos que ainda não são visíveis, que o estado torne visível. Só quero parabenizar Cássio por esse trabalho e digo, Camaragibe mostra a Pernambuco um trabalho sério, um trabalho que deve ser referência para políticas públicas de Pernambuco. Repito, essa seriedade do trabalho com envolvimento do povo que é isso que D. Helder dizia, 'vamos fazer a nossa panela de Iemanjá, no dia 8 de dezembro, nós vamos fazer a nossa panela para Nossa Senhora da Conceição, é a mesma', dizia ele. Até hoje é a única igreja da arquidiocese de Olinda e Recife que faz as celebrações ecumênicas, com o povo de Terreiro, com o povo de orixá e todos, na Igreja das Fronteiras, vocês sabem disso. Então, nós somos irmãos, o Deus é o mesmo. Parabéns, Cássio, parabéns Camaragibe, transmita lá, vocês estão aqui, a quem não pôde vir que é um sentimento que eu acho que tem que ser de Pernambuco. Parabéns. A Presidente passou a palavra aos conselheiras e depois, Jane.







477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Maurício cumprimentou todos e todas, parabenizou o conselheiro Cássio e comentou "Cássio, muito bom o seu relatório, muito explicativo, qualquer um que chegasse aqui, mesmo sem conhecer a Caminhada teria condições de entendimento. Vou focar só em duas coisas: a questão da repressão, em meu trabalho doutoramento, eu mergulhei muito no Estado Novo que perseguiu todas essas religiões, até a Maçonaria, fechou centros espíritas, prendeu ministro de outras e outras religiões que não fosse a cristã e no que toca à importância histórica Camaragibe, lembro aqui que Camaragibe tem uma participação na história ferroviária do estado importante, foi um dos primeiros um dos primeiros municípios a ser interligado com a capital por via férrea. Mas uma vez, reitero meus parabéns". A conselheira Joana D'Arc parabenizou Cássio e complementou "acredito que todas as pessoas aqui, todos os conselheiros e conselheiras vão, sim, ser favorável um registro tão gigante como esse aqui. Eu queria conjugar, com o que Margarida falou porque eu ou moradora de Aldeia dos Camarás em Camaragibe, realmente, é afro-indígena e você não vê isso além do nome, você vê algo indígena lá dos nomes apenas, e só. Isso é muito pouco, então quando ela fala isso, eu concordo que faça parte, também, toda essa história porque a gente sabe e é o que ele (Harlan) também falou, é tudo que está junto, ligado, que Margarida falou, com o que Diomedes falou, que eu também concordo com o com o que ele falou, independentemente de ser 5 anos e 10 anos, isso não surgiu por um acaso, então você tem todo um legado lá atrás, então que isso acompanhe para dar mais subsídio, sim, tanto a história afro como a história indígena. Às vezes eu lamento muito porque estou lá em Aldeia dos Camarás e ninguém fala nada disso, a gente fala alguma coisa indígena e o pessoal, os moradores lá é como se você tivesse falando de um ET, não se reconhece e isso é o resultado de um lugar, de um de uma localidade que não faz esse dever de casa, que a gente já que já falou em várias de educação patrimonial, essa questão do aprofundamento dessa história, então tudo isso é muito importante, até porque esses documentos ficam e no futuro, quem for lá, no futuro próximo estará lendo, pesquisando, vai ter mais um local de encontrar esse histórico afro-indígena que nós temos muito forte aqui e tudo o que foi falado aqui também, para que vocês se preparem. Tem as pessoas mais novas, como estou vindo aqui, porque quando estiver ok, pode ser que realmente alguém diga, 'mas a Caminhada de vocês não tem 100 anos', então vocês vão ter subsídio de ter esse discurso, também, não é 10 anos que está aparecendo agora, mas antes de Instagram, de Facebook, antes de redes sociais, antes de sair nas televisões nos jornais, vocês já existiam. Obrigada". Após as falas dos conselheiros, a presidente pediu licença para passar a palavra para a Coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU), Mirtes Camará, a qual cumprimentou todos e todas e passou a comentar "dentro do questionamento que foi feito (se existiam outras caminhadas), gostaria de informar que a Caminhada de Oxum, esses integrantes mais velhos que foram os fundadores, infelizmente hoje muitos já não estão conosco, foram os protagonistas de a Caminhada de Terreiro do Recife, nós e os nossos foram quem protagonizamos aquela estrutura, a gente estava lá nessa construção, a Caminhada de Terreiro de Paulista, que hoje ainda está Mãe Cris à frente, junto com o Terreiro dela e alguns outros componentes do município; a Caminhada de Terreiro de Moreno, nós também fomos quem protagonizamos; a Caminhada de Oxum que o pessoal de Moreno



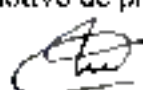


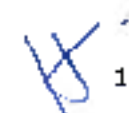
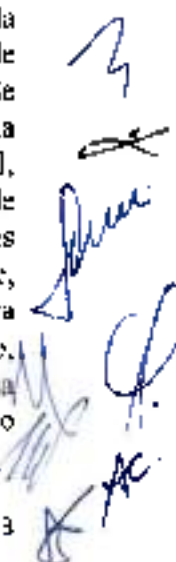
477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Já vinha pra cá participar da nossa, e lá nosso Terreiro e aí a gente faz esse convite e propõe que 'vamos fazer lá também' e aí Pai Alan junto com Mãe Zélia e o município também se propôs a ajudar e aí a gente também faz isso lá, o MUNI, o MPTC e alguns outros movimentos sociais junto com o nosso povo de Terreiro daqui e a gente vai todo mundo pra lá: as prefeituras geralmente costumam colaborar, nos ajudar com o traslado, então assim a maioria dessas caminhadas que hoje a gente vê aí Paulista, Goiana e Moreno, fomos nós MUNI e MPTC que fundamos a Caminhada de Oxum e fomos também incentivando os outros para que fizessem e que a gente pudesse ter a visibilidade necessária dentro daquilo que a gente trabalha no movimento social, tanto o movimento negro unificado quanto o MPTC, que é esse combate à intolerância, a todo o desmatamento (que a gente tem muito lá em Camaragibe), por isso nós criamos também com o MPTC o grito ecológico para também fazer essa educação ambiental do nosso próprio povo, que muitas vezes vai lá na mata, que hoje infelizmente também é privatizada que, é um problema sério também em Aldéia, em Camaragibe, naquela redondeza toda. Estão privatizando nossos rios, estão privatizando nossas matas, nossos filhos não podem mais usufruir daquilo que a natureza nos traz, nos dá, que é de graça. Hoje a gente não pode mais chegar nesses espaços então a gente continua fazendo essa luta, lá na Baixinha, na Queda d'Água na mata, que hoje é chamada 'a mata do Privê', exatamente por ter sido privatizada, mas ainda assim a gente consegue entrar, com a ajuda dos guardas municipais e ambientais, e fazer o recolhimento daquilo que o pessoal, ainda sem entender e sem ter essa educação necessária ambiental, a gente ensina e mostra a eles que alguns produtos daqueles que eles levam não precisa ficar ali; a natureza não vai se alimentar daquilo, aquilo que a gente acredita não vai se alimentar daquelas garrafas. Na Caminhada de Oxum a gente põe lá o balaio e faz todo aquele processo, com o tempo a gente foi entendendo que aquela cesta vai demorar a se acabar, vai terminar 'entupindo' o rio acabando com tudo que já está bem difícil, lá a gente já faz esse processo de lutar resgatar a nossa Queda d'Água, aí a gente já não põe esse balaio, esse balaio volta para o pessoal e a própria o próprio orixá, a própria divindade é quem entrega esse balaio a um outro companheiro, de um outro Terreiro, aí existe todo esse envolvimento, mas era basicamente isso, só pra ter a informação e gratidão a todos". A Presidente Claudia agradece a fala tão importante e oferece a palavra à convidada Daniele Teixeira Camará que, após os cumprimentos passou a se apresentar, "atualmente estou coordenadora da Caminhada de Oxum, que já faz história no município de Camaragibe há 13 anos e teve, esse ano, a sua 14ª edição, porque no ano 2010 teve 2 momentos de Caminhada, aí se deu essa proporção e como Oxum é uma divindade que é magnânima, ela é muito grande, ela não se conformou só com um município e tomou essa grande proporção. Quando a gente traz essa questão socioambiental de educação para nossa população, principalmente em Terreiro, a gente trata também a questão de trazer oficinas e workshops de que materiais que não são orgânicos eles prejudicam o meio ambiente, então é aí que a magia acontece, é quando o presente ele é entregue, mas a entrega, o material orgânico e a sexta voltam Oxum determina a qual casa a cesta vai *a posteriori*, no ano posterior que esse 2024, ou seja, a cesta agora vem novamente de laboatão, na casa de Mãe Vina de Oxum e estar aqui, nesse momento hoje com vocês, é maravilhoso Agradecer a participação e trazer isso,

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

esse reconhecimento, para além, não só do movimento em si, mas da proporção e do legado que a gente traz como um todo, enquanto religião falando. Saudar a ancestralidade de cada um presente porque antes da gente estar aqui, para a gente estar nesse momento aqui, outros e outras estiveram; inclusive a gente está na academia pernambucana de letras, então a gente sabe comunga que grandes mestres e mestras de saberes estiveram aqui, antes, é muito gratificante. "O conselheiro Cássio tomou a palavra e questionou a Presidente Cláudia se tinha mais inscritos. Ela perguntou e não havendo, explicou "pelo que eu entendi, tem a proposta de Margarida de ampliar, mas aí eu teria que, antes de iniciar a votação, entender melhor o pedido inicial que é - aí Cássio, ouvindo isso tudo, pode agora, pensar e aí se ele concordar, se não, a gente pede para Margarida explicar objetivamente, para a gente fazer a votação." E concedeu a palavra ao conselheiro Cássio que agradeceu as considerações feitas, não só ao seu trabalho, mas ao objeto, e passou a explicar "acho de fundamental importância que nós mantenhamos as nossas vistas a essas manifestações da cultura que estão diretamente ligadas a essa herança de matriz africana e, se temos a comida - boa que nós temos aqui, é porque de algum modo essa produção culinária se originou lá do continente africano e aí somos agraciados aqui no nordeste (acho que Minas Gerais também) e no norte do país, onde realmente o nascedouro da cultura brasileira se encontra e dizer que é muito importante, para mim enquanto antropólogo e conselheiro ouvir vocês, porque por mais que a gente busque traduzir a manifestação em um texto inteligível e diretamente relacionado ao que eu quero dizer aos meus vários, quando você traz essas nuances tão singelas e tão centradas, afro-centrada sobre a experiência vivida, isso me toca profundamente porque a gente foi embranquecendo e os nossos foram, também, embranquecendo e a gente perdeu de vista a racionalidade da coisa e hoje a gente precisa fazer esse recentramento mesmo e eu me coloco nesse processo constante, me entendendo como homem negro, LGBT que, embora não tenha uma confissão de fé, eu me associo a todas as pessoas que são de bem, que caminham para o bem e tenho uma profunda gratidão, também, aos terrenos que frequentei e as amigas e os amigos que são de Terreiro, porque me fortalecem grandemente, assim como, amigos que tem outras religiões (se vocês forem na minha casa, vocês vão encontrar um pouquinho de cada). Acredito muito nessa espiritualidade que me acompanha e tenho muita prova disso. No mais, em relação ao objeto, eu gostaria de dizer o seguinte: nós temos já um estudo feito pela professora Doutora Rosa Maria de Aquino, que é da Universidade Rural, ela estuda as manifestações públicas da fé em Pernambuco, então ela vai estudar as caminhadas de Terreiro, mas ela vai também estudar a Marcha Para Jesus e outras formas de manifestação pública da fé, como a própria Festa de Nossa Senhora do Carmo e da Conceição. Como ela é uma estudiosa da religião e eu faço parte do grupo GEDRI, Grupo de Estudo da Diversidade Religiosa e Intolerância, nós fazemos esse trabalho de analisar e observar, a partir de uma perspectiva etnográfica, como essas organizações produzem esse lugar sagrado e, ao mesmo tempo, político na rua. Agora o fato é que, embora essas outras caminhadas tenham uma preparação, um ritual para sair para ganhar as ruas e que façam, por exemplo, aquela água com as ervas, o banho de cheiro, a gente percebe na rua a intolerância das pessoas, elas ficam unitando a agente de forma jocosa, como se aquilo ali fosse motivo de piada ou de graça e quando a fé é algo muito



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

sério na vida da gente, então essas outras manifestações têm um cunho fortemente político. No caso da Caminhada de Oxum existe o recorte político social, mas é fortemente cultural e religioso; a Caminhada do povo de Oxum é um circuito feito em presente à divindade, ela inicia com um processo ritual, ela se perfaz enquanto um processo ritual e ela culmina em um processo ritual e, nesse processo ritual, está envolvido uma rede de pessoas e objetos que se relacionam entre si e que estão diretamente vinculados a essa cosmologia sagrada. Então a Caminhada de Oxum ela não pode ser equiparada diretamente a uma Caminhada de Terreiro, ela pode obviamente estar conectada através dessa rede, que foi muito bem colocada aqui por Margarida, mas eu queria antes votação de deixar mais evidente que a Caminhada de Oxum possui qualidades próprias que não podem estar diretamente associadas às outras caminhadas de Terreiro". O conselheiro **Reinaldo Carneiro Leão** pediu a palavra para "lembrar uma coisa muito interessante que também é uma Caminhada: anualmente, na véspera de São João, os índios de Cimbres, fazem um movimento secular, por volta de cinco horas da tarde, cada um traz uma acha de lenha no ombro e depositam na rampa que vai para a igreja de Cimbres, lá eles armam a fogueira e às seis horas em ponto, acendem a fogueira e dançam o Toré (é a única forma de a gente ver hoje em dia, não sei se Belém do São Francisco tem) e depois disso começa a festa dos índios em homenagem a São João Batista e eles celebram assim. O fogo é tão grande, lá no alto, mais de 900 metros de altura que fazem uma barraca de palha, que a palha vai até quase o chão para evitar o vento, então tem barzinho dentro, todo mundo se aproveita, é uma beleza essa festa, ninguém fala nela, mas ainda hoje existe e eles fazem questão, é secular essa Caminhada". A presidente agradeceu e se dirigiu à conselheira **Margarida** para informar "o que a gente está conversando aqui é porque o conselheiro **Cássio**, ele advogou a manutenção da Caminhada de Oxum de Camaragibe, por algumas questões, ele pode até falar e eu queria que a senhora falasse a sua ideia ou mais algum conselheiro, de ampliação do território de Camaragibe, talvez o estudo para Pernambuco e eu queria que você explicasse um pouquinho que a gente vai votar isso em sequência, era bom você repetir porque ela estava fora" e passou a palavra para o conselheiro **Cássio** que explicou "que a Caminhada de Oxum é muito diferente das outras caminhadas dos povos de Terreiro, as caminhadas do povo de Terreiro que acontece em vários municípios e tem uma maior que é do estado ela tem fortemente um cunho político, então as pessoas vão às ruas para reivindicar quase que única e exclusivamente os seus direitos e contra o racismo religioso, contra a intolerância e tudo o mais. A Caminhada de Oxum é uma manifestação pública da fé, mas ela é do começo ao fim, um ritual religioso. Ela inicia com processos de rituais, se perfaz enquanto um processo ritual e termina, também no rio, com um outro processo ritual que é de entrega dos presentes. Então, o que mobiliza as pessoas não é necessariamente o grito político, embora isso esteja presente, mas fundamentalmente elas se colocam à rua para professar a fé e, a partir disso, trabalhar outras questões sociais. Então dentro desse aspecto, considerando os estudos que eu já fiz dentro do Grupo de Estudo da Diversidade Religiosa e Intolerância, com a professora **Rosa Maria de Aquino da Rural**, nós já fizemos algumas incursões, por exemplo: Marcha Para Jesus é uma manifestação evangélica, já estivemos lá, Parada da Diversidade, também estivemos lá, a Festa do



14

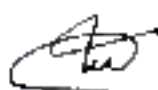


477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Morto, enfim tudo o que é de manifestação pública de fé interessa à Professora Doutora Rosa Maria de Aquino e eu acompanho ela, como assistente de pesquisa e o que eu posso, seguramente, dizer é que essa manifestação, essa celebração tem aspectos socioculturais distintos dessas demais, por isso eu considero que as outras até poderiam ser registradas em rede, mas a Caminhada de Oxum, ela tem singularidades e qualidades que não estão situadas nas outras caminhadas, por isso a minha defesa é de manter como o requerimento que eu apresentei do registro da Caminhada de Oxum". A conselheira Célia Campos pediu a palavra para compartilhar "essa questão da especificidade do pedido. Quando a gente tem o pedido de registro do bem cultural como patrimônio imaterial numa fase preliminar, a gente tende ou a ser muito abrangente ou a ser bem mais restrito e aí nós vamos ter uma outra etapa que é o inventário. Nesse caso específico, a gente pode vir a ampliar ou a restringir. Então com isso eu não vejo muito problema de a gente já querer titular se é de Camaragibe ou se é de Pernambuco, porque a gente vai ter outros passos. Gostaria de dar um exemplo e compartilhar com vocês a questão da ciranda: a Secretaria de Cultura pediu o registro da ciranda como patrimônio imaterial do Brasil e aí fizemos um inventário super bem-organizado, com todos os cirandeiros, como Ciranda de Pernambuco, lógico tendo que estar a pernambucanidade relevada, do jeito como está Camaragibe nesse pedido também. A questão do pertencimento e aí no Conselho Consultivo do IPHAN foi identificado que outros estados também tinham a manifestação da ciranda e fizeram a proposta do registro ser Cirandas do Nordeste. Então isso é possível, a qualquer momento. Acho até que já foi conversando com a equipe técnica lá da gerência, a questão de ser uma celebração, registrada como celebração ou registrar como o lugar que me parece que a Queda d'Água da Baixinha, ela é representativa, que poderia ter sido também, esse pedido de registro, como lugar. Então isso, um inventário é quem vai trazer, como a professora Margarida bem disse, que é muito preliminar, a gente sabe que o inventário participativo pós constituinte, é ele o relato dado do pertencimento da comunidade da população sobre esses bens tanto materiais como imateriais, mas não tem um nível de aprofundamento porque isso é o que passa na história oral, de geração em geração e que foi assim que a gente foi criada e que, de repente, pode ter outros desse mesmo tipo em outros municípios do estado que, até mesmo a situação que Jane relevou, que em Aldeia, no mesmo município, há um apagamento da história das comunidades tradicionais indígenas, então são coisas que a gente, ainda concordo também, com a professora Margarida: temos muito a conhecer, ainda, dessa jovem nação e desse jovem estado, então vamos aprofundar o conhecimento". O conselheiro Diomedes pediu a palavra "só para reforçar, eu gostei desse posicionamento de Célia porque não tem como a gente mensurar muito bem, diante de um bem cultural, se ele tem que ser singular ou se ele tem que envolver vários outros bens. Isso é muito relativo, isso depende da natureza de cada bem, por exemplo, vou fazer só um paralelo, aqui em Pernambuco a gente tem várias festas de São Lourenço, tem a festa de São Lourenço de São Lourenço da Mata, que a gente registrou patrimônio imaterial ano passado, mas tem também uma outra festa de São Lourenço em Goiana, em São Lourenço de Tejuçupeba, que é a procissão carregando a lenha, que eles fazem toda uma especificidade, totalmente diferente do que é a festa de São Lourenço de São Lourenço da Mata. Então, diante

47ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

dessas diversidades não tem como a gente chegar aqui e dizer 'vamos registrar todas as festas de São Lourenço em Pernambuco como um bem'. Essa comparação é só para entender que pelo que Cássio está falando, pelo que a própria comunidade está falando, a Caminhada de Oxum tem uma especificidade muito forte e que não só envolve apenas Camaragibe, já ficou claro, envolve vários outros municípios e vários terrenos de outros municípios e é como Célia disse, é o inventário nacional de referências culturais que é uma metodologia que eu sei que a Fundarpe está adotando para o registro aqui no estado, ele é muito denso, é muito específico; se vocês procurarem os inventários que foram feitos do frevo, do maracatu, vocês vão ver que é um material extenso e com muita pesquisa, é realmente muito detalhado, então eu acredito que quando se começa esse trabalho, pode de repente surgir outras caminhadas que tenham uma relação religiosa mais forte e, como Cássio já explicou aqui, essas outras caminhadas têm um papel muito mais político; mas, eventualmente, pode aparecer alguma outra Caminhada também que tem esse sentido mais religioso, que integra os terrenos e que possa ampliar esse título. Não é que não vai desconsiderar o que já existe, que é a Caminhada de Oxum, mas outras possíveis encaminhadas. Eu acho que a gente deve sustentar, sim, votar sim, agora, para que a gente possa formalizar esse pedido". A conselheira **Margarida Cantarelli**, com a palavra, comentou "pode parecer estranho o que eu vou dizer aqui. Vocês já ouviram falar que vou há 15 anos ao Círio de Nazaré. Obviamente é porque eu sou uma pessoa católica tradicional, mas a única religião que realmente é brasileira é a que vocês professam porque a minha foi importada da Europa. Os evangélicos são importados dos Estados Unidos. Vocês construíram uma religião a partir do que trouxeram, como herança, do que receberam do colonizador, mas fizeram algo próprio, específico. É a única que, efetivamente, é Brasil. Por isso, quando a gente quer ampliar, ampliar é para fortalecer, para mostrar que isto é a contribuição às religiões que o Brasil, através das gerações que antecederam a de vocês, essas gerações construíram e que vocês estão legando. Ai estão as jovens que vão dar sequência a esse trabalho, então quanto mais se puder aprofundar e alargar, nós estaremos dando uma contribuição muito além da Caminhada, nós vamos demonstrar que essa é a religião brasileira porque foi aqui que ela, recebendo essas contribuições, fez um novo edifício, fez uma nova religião, que não vou encontrar nada disso em África mais, porque nós fazemos aqui como vocês fazem, não tem mais nada, eu estou dizendo porque eu já fui lá, já procurei ver, é totalmente diferente e é isso que vocês não devem perder" a oportunidade de mostrar que o trabalho, a força, a fé dos que antecederam vocês, tudo isso junto fez esse momento atual que vive e para que esse momento atual seja forte e para o futuro, precisa estar resgatado, estar registrado porque, se não, desaparece como desapareceu em vários países da África. Muito da matriz, do que hoje está nesta religião brasileira que era do Golfo da Guiné desapareceu. Hoje são muçulmanos e ficam indignados quando ouvem falar alguma coisa como o que é que é professado. Lembro, eu era juíza e participei, fui e julguei um processo onde 20 africanos tinham sido jogados ao mar pelo comandante de um navio e que foram salvos; eu era presidente do tribunal naquela época e aquelas pessoas terminaram presas, quando foram resgatados, além de terem sido jogados ao mar foram presos e fui eu quem deu o habeas corpus, em uma véspera de Natal, para que eles fossem libertados. Algumas comunidades quiseram







477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

homenagrá-los e eles depois voltaram e me disseram 'mas aquilo não é a nossa religião' e um que era muçulmano fanático e, quando eles são sectários, são fanáticos, ficou aborrecidíssimo, indignado com aquilo. Isso quer dizer que vocês construíram algo novo, que deve permanecer para o futuro, o deles desapareceu. Essas particularidades da nossa construção brasileira é que a gente tem que marcar, porque vai ser um diferencial no futuro, então não vamos ter pressa, a pressa que aniquila o verso, não vamos ter pressa, para fazer uma coisa bem sólida, o inventário bem robusto, que vocês possam apresentar 'isto nossos antepassados fizeram isto nós vamos legar às novas gerações', a oportunidade é essa". A presidente **Cláudia Rodrigues** esclareceu com os conselheiros Cássio e Célia o nome que está no requerimento, possibilidade e momento de alteração e, em seguida, anuncia "queridos conselheiros, vamos então, se ninguém tem mais dúvida, que levantem a mão os conselheiros que concordam que o Conselho faça o requerimento do pedido de registro com é: da Caminhada de Oxum como patrimônio cultural imaterial do estado de Pernambuco; levantem a mão por gentileza. Não a gente não votou outra alternativa". Antes de fazer a contagem das mãos levantadas e finalizar a votação, a presidente concedeu a fala à conselheira **Ana Barbosa** que comentou "hoje estou só escutando, para tentar entender, mas uma pergunta que me inquieta, se o conselheiro Cássio puder, já escutei todo mundo, mas a pergunta que me inquieta é assim: 'no cerne da questão, o que é que tem a esse bem, a Caminhada de Oxum, seja que própria dela, que seja aquele valor que ela tem que é a diferencia ou a caracteriza como um bem cultural imaterial do estado ... onde é que está esse tesouro, onde é que está essa espinha dorsal, esse cerne?'. Vi o material, vi as explicações, vi que tem coisas das explicações que não constam no material, vi que tem diferenciais que destacam em relação a outras situações, mas nesse conjunto da obra, onde é que está tesouro esse fio dourado que é tão valorizado pela Oxum que a diferencia, que diferencia, que essa Caminhada é um bem cultural imaterial de Pernambuco?" A Presidente **Cláudia** informou que "em nível estadual, pelo regimento, a gente tem duas opções para a sua pergunta: a gente pode passar a palavra para Cássio apresentar e você sentir satisfeita ou você pode pedir vistas ao processo estudar mais se você quiser, fica à vontade". A conselheira **Ana Barbosa** perguntou se a votação precisaria ser unanimidade, se poderia pedir vistas ou poderia pedir um parecer da cadeira de religião e devolveu a palavra ao conselheiro Cássio que se dirigiu à conselheira Cecília e comentou "a consulta proposta à conselheira Cecília, por conta do segmento dela, já não cabe mais porque, inclusive, vistas não cabe mais, uma vez que já foi votado". O conselheiro Cássio pediu para as pessoas levantarem a mão novamente e começou a fazer a contagem. A Presidente **Cláudia** esclareceu "como presidente, dei a palavra porque vi que ela não estava se sentindo à vontade. Ela pode, como conselheira" e comunicou que não anunciou a contagem. O conselheiro Cássio, com a palavra, passou a explicar "talvez eu possa suprir... Ana Fátima Barbosa qual é o teu segmento? Ana de Fátima representa o segmento de Urbanismo e Meio Ambiente e está com conosco desde o ano passado e foi elevada à mesa diretora, junto com Cláudia, mediante uma escolha da sociedade civil, porque ela representa a sociedade civil. Ana, eu passei aqui quase duas horas discorrendo e discutindo com as pessoas sobre o que é a Caminhada de Oxum. Não sei se eu conseguiria, depois desse extenso trabalho, traduzir







477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de uma outra forma, mais inteligível à sua compreensão, porque todos os dados foram colocados, imagens foram apresentadas, a justificativa apresentada, o parecer da Fundarpe, a nota preliminar apresentada: eu sou antropólogo, Luciana Gama é antropóloga, Marcelo Renan é historiador, Diomedes já se colocou, enfim acho que outras pessoas já se colocaram, eu realmente não sei mais o que eu poderia suprir de necessidade que você está sentindo nesse momento, em todo o caso eu gostaria de deixar registrado em ata que esse é o momento onde nós estamos na Academia Pernambucana de Letras, reunidos com o Conselho de Preservação, estamos deferindo sobre uma pauta do povo de matriz africana e gostaria de dizer, também, que nós não estamos isentos do racismo estrutural, que isso que está em todas as instituições. A gente pode querer ser aliado, mas se colocar contra o racismo ou sentir a dor que a gente sente na pele, por ser o que é, jamais uma pessoa de pele branca vai sentir, então eu quero me colocar aqui em favor das representações que estão nesse lugar, da população preta, da população LGBT, das minorias de todos os tipos e de dizer que quando a gente coloca em jogo uma decisão como essa, nós estamos fortalecendo essa estrutura racista que ainda é operante no nosso país". A presidente devolveu a palavra à conselheira **Ana Barbosa** que respondeu "conselheiro, agradeço suas palavras e seu esclarecimento, em nenhum momento estou menosprezando o trabalho que foi feito nem diminuindo a importância dessa manifestação popular. Estou apenas fazendo uso do meu direito, que foi dado de opinar e de externar a minha percepção. Não vou me alongar porque não quero provocar discussão, eu já disse que eu posso fazer uso do meu direito de me abster. Tudo o que foi lido eu escutei atentamente, tudo o que foi falado eu escutei atentamente e, mesmo assim, entendo que ainda falta um algo mais, talvez se tudo o que foi falado fosse agregado ao material, de forma mais completa e organizada... eu estou externando a minha opinião, conselheiro, estou esclarecendo o meu raciocínio. Entendo a sua posição, mas estou somente esclarecendo e, acho isso importante, porque eu sou da sociedade civil, represento o segmento de Urbanismo e Meio Ambiente, então o que eu procurei foi encontrar, no todo, conexões e minha opinião é que eu me abstenho de votar, eu não entendo isso como racismo, nem segregação, nem coisa nenhuma, eu entendo como o meu direito de pensar (e que a gente defende tanto aqui), de democracia, de abertura, de direito à fala (e eu estou exercendo o meu direito). Então, assim como eu respeito o que está sendo apresentado e o que está sendo falado e o que está sendo proposto, quero também me fazer ser respeitada pelo meu direito de fala, pelo meu direito de pensar de forma independente e não quero que se confunda e se rotule porque estou opinando de forma diferente do pensar da maioria". A presidente **Cláudia** retomou a palavra e comentou "Ana é você sempre vai ser respeitada assim como todos vocês, que hora nenhuma seja confundido o direito dos conselheiros em estudar melhor o processo, analisar é algo que é absolutamente natural e não é nenhum tipo preconceito. Veja o que estamos fazendo aqui: nós estamos, nós como conselheiros, estamos escolhendo se nós seremos (e vocês podem pedir, inclusive, vocês têm direito, qualquer um tem o direito de fazer o pedido à Secretaria de Cultura, inclusive é algo muito salutar, o envolvimento de vocês no pedido), o que nós estamos decidindo é se o Conselho é quem faz o pedido e Ana tem todo o direito, como representante eleita. Não considero que houve a votação, nós estávamos, você até disse faça assim (dirigindo-se







477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

ao conselheiro Cássio), eu fui levantar a mão quando Ana disse que não se sentia à vontade de pedir, eu dei o direito a ela porque considero que não houve votação, nem foi concluída e nem foi anunciada a votação e que isso não seja... por favor minha gente, não vamos fazer disso... é algo absolutamente normal, está dentro do regimento, isso não vai inviabilizar em nada, a gente só está se preparando para, com consciência, como disse Margarida, avaliar da melhor forma o pedido de registro, a gente está avaliando se vai fazer isso. A presidente concedeu o fôlego à conselheira **Cecília Canuto** que opinou "acho que há processos que é natural que fluam melhor. Tem uma experiência lá de Olinda em que a gente tentou fazer o registro do patrimônio material do Palácio Iemanjá, no Alto da Sé, vizinho da catedral, uma das primeiras igrejas construídas na Vila de Olinda e, 20 casas depois morava a presidente do Conselho de preservação, quando a gente submeteu o pedido ao Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, houve o questionamento porque ela não sabia onde era o Palácio de Iemanjá, na rua dela, na frente da Catedral da Sé de Olinda. Não quero tocar na palavra racismo, fica subentendido, mas o processo precisa ser mais leve. Vamos levar esse processo, não existe mais discussão aqui, desculpe irmãos, acho que agora a gente tem que encaminhar, precisamos votar, se não foi votado, e acabar essa discussão. Todo mundo aqui conhece o regimento, a gente teve que entender novamente como é o processo de registro, como todo mundo já sabe. No bolo de noiva não foi feito isso. Ana Fátima tem um posicionamento dela, é dela, e agora, a gente precisa encaminhar isso". A presidente **Cláudia** perguntou se mais alguém gostaria de falar e externou sua opinião "quero dizer a vocês, primeiro, que não se coloque 'subentendido' nada, essa coisa de subentender tudo é uma forma de declarar que é preconceito. Não há, isso não existe, é absolutamente o direito de cada conselheiro de estudar melhor o processo, é absolutamente merecedor de respeito. Eu acho preconceito quando você não tem empatia de entender o que a outra pessoa precisa, mesmo que ela não seja do segmento específico como é, por exemplo Cecília, qualquer um de nós temos o direito de estudar o processo, de vistas, isso é absolutamente natural e para provar a vocês que não está havendo preconceito, eu como presidente do Conselho, peço vistas ao processo, eu gostaria de analisar melhor, estudar ele melhor, na próxima reunião ou em mais uma, a gente vai analisar juntos e eu gostaria que não fique nada 'subentendido', quando alguém coloca 'subentendido', parece que não é, e não é, a gente está aqui, olhando olho, todo mundo. É o direito das pessoas de querer entender alguma coisa e ouvir e eu gostaria de defender o direito mais amplo de todos, que cada um ... licença que eu não passei a palavra ... vou lhe passar a palavra ... muito claro, concordo com você, sempre transparente, olhando no olho, mas eu queria que vocês soubessem que não é preconceito, muito menos meu, nem de ninguém. Não preciso dizer sou casada com negro, não tenho nada de preconceito com ninguém, não existe isso. Nós temos o direito e eu acho que isso não pode, eu queria dizer que é absolutamente normal. Eu preciso passar a palavra, eu estou falando ... o conselheiro Cássio perguntou "só gostaria de entender, porque estou entendendo que você está finalizando. A minha preocupação é o seguinte: eu gostaria de entender das pessoas do colegiado o que vocês entendem, como eu e Cecília, que a votação foi feita ou que não". A presidente **Cláudia** esclareceu "eu não fiz essa pergunta, eu entendo que não fechamos a votação. Eu estou conduzindo a

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

reunião, eu sou a presidente do Conselho, não vamos fazer um problema disso. Nós nos reunimos semanalmente, podemos sentar e fazer essa reflexão com muita profundidade, sem nenhum problema, na próxima reunião, na outra, sem problema nenhum. nós não vamos ter recesso, vamos nos sentar e vamos avaliar. Na minha opinião, de presidente do Conselho, repito, não houve o fechamento da votação. a gente tem o direito, eu tenho o direito de pedir vistas ao processo e quero provar, com isso, que não há preconceito de ninguém aqui. É o direito de cada um". A presidente **Cláudia** perguntou ao Conselheiro Marcelo Casseb "você entende, como da Procuradoria Geral do Estado, e entendendo o regimento, que eu tenho o direito de pedir vistas ou não? Eu tenho direito, bem eu gostaria de pedir e não há problema nenhum com isso gente, não há nenhum problema". A Conselheira **Cecilia**, tomou a palavra e disse "a senhora presidente botou em votação, todo mundo aqui levantou a mão, depois você achou a 'cara' de Ana de Fátima ... você achou mas ela tinha que ter dito antes e aí já acabou, aí ela falou, eu entendo assim, todo mundo entendeu...". Diante da discordância de entendimento da Conselheira e da presidente, o Conselheiro Marcelo Casseb interrompeu para esclarecer "uma pergunta bem objetiva foi colocada pela Conselheira, não foi encerrada a votação e se o Conselheiro ou a Conselheira tem o interesse de aprofundar, eu acho que não há nenhum problema com isso, eu acho que tem que ser dado o direito, é uma prerrogativa do nosso Conselheiro, eu acho a Professora Margarida já apontou aqui, a pressa é inimiga do verso, então vamos a amadurecer a questão, traz na próxima sessão, quando for pautado novamente. Vejo com absoluta tranquilidade". O Conselheiro **Harlan Gadelha**, com a palavra passou a argumentar "deixa eu discordar de Casseb, no meu entendimento, no processo, ele é o relator, ele apresentou o voto dele favorável ao registro, abriu-se a discussão, ele apresentou o voto dele como se fosse o relator do processo, porque ele está votando, ele apresentou o voto. a presidência abriu discussão, Margarida levantou a discussão de forma divergente, ela não votou ainda. Eu falei na discussão, Margarida falou, Jane falou, Diomedes falou. Encerrou a discussão, esse é o processo. Inicia-se a votação, não cabe mais vistas, depois da votação iniciada. Tanto é que quando Ana Barbosa pede a palavra, ela faz questionamento, Cassio responde ao questionamento e ela diz 'eu me abstenho de votar', ela vota, ela disse 'eu me abstenho, meu voto é de abstenção', ela votou. Eu posso estar errado, mas iniciou o processo de votação, a Presidente só vota no voto de qualidade, no desempate. Ela iniciou, votou, alguns daqui levantaram a mão. Maurício se levantou. No regimento está dizendo que ela desempata, mas não vota". Os Conselheiros Maurício, Cecilia concordaram com o conselheiro Harlan. Em seguida, a conselheira **Margarida Cantarelli** se pronunciou "meu filho, na hora da votação, você tem que votar a favor, contra ou abstenção. Se a pessoa não está, ela se absteve, se alguém mais não manifestou então esta pessoa que não se manifestou pode pedir vista porque ela não tem condições de votar. É caso, ela está apresentando o voto. Não, meu filho". A presidente **Cláudia** esclareceu "sou eu, não é Ana quem está pedindo vistas, sou eu. Eu não gostaria de ser pressionada a esse ponto. Não aceito esse tipo de pressão, por favor. Foi eu que pedi vistas no sentido de demonstrar a todos que não há nenhum tipo preconceito e nem cercear o direito de cada um. Todo mundo tem direito votar, mas também, quem não quiser também pode. Eu não cheguei a votar. Cassio estava aqui, atrás de mim, dizendo 'você tem que levantar a



477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

mão também", eu estava tentando ouvir o que ela estava dizendo. Eu vou votar também, claro, eu sempre voto, além de desempate. O que eu queria pedir a vocês era: deixa eu analisar o processo, não tem problema nenhum quanto a isso. Qual o problema? Eu tenho o direito de pedir vistas no processo, acho que isso é que não pode ser pressionada a mim, eu posso sim, analisar o processo. Qual é o problema? Eu acho que não há problema e a gente coloca na próxima reunião, da quinta-feira, faz as duas. A gente vota e faz a refatoria". O Conselheiro **Augusto Ferrer** pediu a palavra e disse "eu queria deixar registrado o seguinte: eu concordo com o que Harlan levantou; são fatos, foi aberto a votação, nós votamos, foi concedida a fala para Ana Fátima, ela explicou, houve outro debate, mas eu entendi que, baseado no regimento, uma vez aberto o processo de votação, não cabe mais vistas. Isso é um fato e foi o que a gente fez aqui. O que a gente vai decidir, como isso vai ser resolvido é outra coisa, estou falando para que seja registrado em ata o meu posicionamento quanto à necessidade de apresentar, na próxima reunião, isso também é regimental; coisa que a gente tem falhado, inclusive sobre o regimento interno, até agora a gente não se debruçou novamente sobre o regimento, é uma votação que está em aberto, a gente não tem levado o nosso próprio regimento como deveria. Então, se se vai ser pedido vista e se isso vai ser acatado pelo pleno, necessariamente, na próxima a gente tem que votar isso aqui. Eu não acho que devo, acho que a gente já votou". A Conselheira **Margarida** esclareceu "nós votamos, quem não votou ainda, quem não se sente apto a votar, pode pedir, o julgamento não foi proclamado, só não pode pedir vista depois do anúncio do resultado" e continuou "em todo lugar, quando o votante, seja desembargador, seja o juiz ou seja Conselheiro, não se acha apto a votar, pode pedir vistas, pode ser vista de 15 minutos, para devolver o processo, tem 1 hora para devolver o processo, porque o voto é uma manifestação consciente a respeito de algo que está sendo posto em votação, a pessoa tem de estar consciente e seguro do que está fazendo e, se não está, tem que pedir vista porque se não o voto não é válido". A presidente **Cláudia** acrescentou "gente, isso é muito tranquilo. Eu iria inclusive votar a favor, vocês viram, mas eu, diante de algumas dúvidas, eu gostaria de fazer isso porque a gente pode pedir para ser escrito o que está dito, o que Raniere disse vai para o processo, eu acho que é absolutamente tranquilo, não tem nenhum problema". **Harlan Gadelha** citou o art. 13 do Regimento Interno, § 1º e § 2º, defendendo que não poderia mais pedir vistas ao processo: "é facultado a qualquer Conselheiro titular requerer vista da matéria não julgada ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria; matéria objeto de pedido de vista constará na pauta da reunião ordinária subsequente, independente da apresentação do respectivo parecer, no prazo estipulado; não será permitido o pedido de vista ou de retirada de pauta após iniciada a votação da matéria". A presidente **Cláudia** reafirmou "eu não considero, com aquela pressão que vocês fizeram para levantar a mão, que a gente estava com maturidade pra votar, eu mantenho meu pedido de vista ... deixa eu falar pessoal, por favor, eu pedi vista para ler o processo, que eu acho que eu tenho direito, vou ler o processo e a gente volta na próxima, eu não vou ser pressionada, não vou fazer isso". A Conselheira **Margarida** indignou-se "absurdo, como é que uma pessoa pode julgar se não está apto?". A presidente **Cláudia** concluiu "está certo, tudo bem minha gente, eu não quero encerrar não, eu quero ler, eu tenho direito de ler o material. Bom,

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

eu não tenho direito de pedir vistas, é isso?" E a Conselheira **Margarida** questionou, "mas por que isso que tem que ser hoje? Ela não está apta a votar, porque ela não está se sentindo apta a votar". A presidente **Cláudia** tomou a palavra e informou "eu vou encerrar, eu vou passar para Casseb, é porque está tudo tão conturbado, minha gente, tinha necessidade?". Com a impossibilidade de continuar, em função do clima e acirramento dos ânimos, a reunião foi encerrada. Antes do encerramento, os Conselheiros **Reinaldo Carneiro Leão** e **Célia Campos** se retiraram da mesma. **Claudia Regina de Farias Rodrigues**, presidente, e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Carneiro

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa

Ana de Fátima Braga Barbosa

Augusto Ferrer

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

Cecília Canuto de Santana

** Claudia Regina de Farias Rodrigues*

Claudia Regina de Farias Rodrigues (Presidente)

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Diomedes de Oliveira Neto

Diomedes de Oliveira Neto

Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Marcelo Casseb Continentino

Marcelo Casseb Continentino

Margarida de Oliveira Cantarelli

Margarida de Oliveira Cantarelli

Martin Leandro E. Palactos Teixeira de Freitas

Martin Leandro E. Palactos Teixeira de Freitas

Reinaldo José Carneiro Leão

Reinaldo José Carneiro Leão

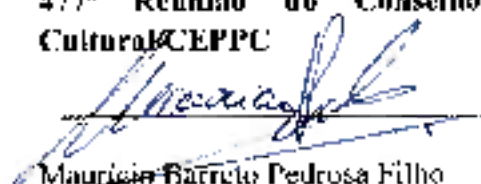
Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos

Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos

Harlan de Albuquerque Gadelha

Harlan de Albuquerque Gadelha

477ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC



Maurício Barreto Pedrosa Filho